

O efeito cambial favorável de cobertura de derivados (líquido) foi maior em 2021, totalizando EUR 0,5 mil milhões (face a EUR 0,3 mil milhões em 2020). Após cobertura de derivados, o saldo da dívida direta do Estado fixou-se em EUR 278,0 mil milhões registando, assim, um acréscimo de EUR 10,0 mil milhões face a 2020.

Caixa 3 | Os novos Certificados do Tesouro Poupança Valor (CTPV)

Em setembro de 2021, foi lançado um novo instrumento de dívida pública, designado por Certificado do Tesouro Poupança Valor (CTPV), destinado a promover a poupança de médio prazo das famílias. O lançamento deste novo produto visou minorar o desalinhamento existente entre a remuneração oferecida pelos Certificados do Tesouro Poupança Crescimento (CTPC) face a formas de financiamento de mercado alternativas para maturidades análogas.

Este novo produto de poupança manteve a maturidade final de 7 anos e, também, a aplicação de um prémio indexado ao crescimento do PIB real. No entanto, este prémio passou a ser de 20% sobre o crescimento médio real do PIB e a ser aplicado a todos os anos a partir do 3º ano, ou seja, um ano mais tarde do que nos CTPC. Estas alterações permitiram reduzir as taxas nos prazos mais curtos, mantendo ainda assim uma remuneração final competitiva e menos desalinhada com o custo de financiamento das OT, que em setembro de 2021 era negativo para os prazos de referência até 7 anos (relevantes nesta comparação).

Os CTPC são emitidos com um prazo de 7 anos e uma taxa fixa garantida na data de subscrição. As taxas de remuneração brutas fixadas para as subscrições efetuadas a partir de 13 de outubro de 2021, e garantidas até à sua amortização, são as seguintes:

Anos	1	2	3	4	5	6	7
Taxa de juro base CTPV	0,70	0,70	0,80	0,90	1,00	1,30	1,60

A esta taxa acrescerá, a partir do 3º ano, um prémio correspondente a 20% do crescimento médio real do PIB, se este for positivo. À semelhança dos CTPC, mas contrariamente aos CA, os CTPV vencem juros anualmente, não há lugar a capitalização de juros, e apenas poderão ser resgatados decorrido um ano após a data de subscrição. Na data de reembolso, é assegurado a totalidade do capital investido.

Encargos correntes da dívida

Em 2021, os encargos correntes da dívida direta do Estado numa ótica de contabilidade pública cifraram-se em EUR 6,4 mil milhões (em termos líquidos), denotando uma redução de EUR 547 milhões face ao ano anterior (ver quadro 21, no Anexo 6).

As OT mantiveram-se como o instrumento com maior representatividade no total de juros da dívida, num montante de EUR 4.642 milhões em 2021. Este valor traduz uma diminuição de EUR 74 milhões